

# Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora  
2018



2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609  1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.<sup>a</sup> Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>93</b>
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>119</b>
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>135</b>
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>148</b>
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>160</b>
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>173</b>
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>187</b>
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>198</b>
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S <sup>ª</sup> DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

**CAPÍTULO 17 ..... 214**

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

*Rebecca Campos Leite Alencar*

*Isabelle Mendonça de Carvalho*

*Thaís Rebouças Vidal*

*Amando Candeira Costa Filho*

**CAPÍTULO 18 ..... 225**

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

*Daniel de Almeida Moratori*

**CAPÍTULO 19 ..... 240**

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

*Patrícia Thomé Junqueira Schettino*

*Fernanda Alves de Brito Bueno*

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 258**



## A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

**Máisa Fávero Costa**

Faculdade Vale do Cricaré  
São Mateus, ES

**RESUMO:** A evolução do conceito de patrimônio cultural culminou na evolução dos instrumentos que preservam e se relacionam com esse patrimônio. Uma visão contemporânea de instrumentos de preservação do patrimônio que será considerada neste artigo é a Rota Patrimonial, uma compilação de recursos patrimoniais semelhantes ou que tenham algum elemento em comum de forma a possuírem uma unidade de significado. O conceito de “rota patrimonial” reflete uma visão contemporânea da preservação de patrimônios culturais que difere das formas tradicionais de inventários, pois busca entender a relação entre homem e território. A cidade de Conceição de Barra, situada no litoral norte do Espírito Santo possui além de um rico acervo arquitetônico e urbanístico, recursos naturais e manifestações culturais populares de suma importância para a formação da identidade barrensense. Não obstante a riqueza cultural, pouco dessa riqueza é reconhecida, seja pela própria população local e espírito-santense, seja pelas instituições públicas. Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo geral identificar, documentar e reunir a identidade cultural local através do

estudo e proposição de uma “rota patrimonial” como instrumento de preservação e valorização do território a partir da relação dos bens materiais (naturais e construídos) e imateriais (que incluem ofícios, tradições, aspectos do cotidiano e memória coletiva), e dos espaços por estes apropriados, vividos ou percorridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Rota Patrimonial; Identidade Cultural; Conceição da Barra.

**ABSTRACT:** The evolution of the concept of cultural heritage culminated in the evolution of the instruments that preserve and relate to this patrimony. A contemporary view of heritage preservation tools to be considered in this article is the Patrimonial Route, a compilation of similar patrimonial resources or that have some element in common in order to have a unit of meaning. The concept of “patrimonial route” reflects a contemporary view of the preservation of cultural heritage that differs from traditional forms of inventories, since it seeks to understand the relationship between man and territory. The city of Conceição de Barra, located on the north coast of Espírito Santo has a rich architectural and urbanistic collection, natural resources and popular cultural manifestations of great importance for the formation of Barrensense identity. Notwithstanding the cultural richness, little of this wealth is recognized, either by the

local population and Espírito Santo, or by public institutions. In this sense, this work aims to identify, document and gather the local cultural identity through the study and proposition of a “patrimonial route” as an instrument of preservation and valorization of the territory from the relation of material goods (natural and constructed) and (including crafts, traditions, aspects of everyday life and collective memory), and of the spaces they have appropriated, experienced or traveled.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage; Patrimonial Route; Cultural identity; Conceição da Barra.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural e natural da sede do município de Conceição da Barra/ES através do conceito de “rota patrimonial”, com a finalidade de reunir movimentos de pessoas, de bens, ideias e valores e os integrar com bens patrimoniais tangíveis de forma que efetivem sua existência.

Dessa forma, a rota proposta é fundamental no sentido de possibilitar a interconexão das estruturas, espaços ou manifestações atribuídas de valor histórico-cultural. O objetivo é ampliar o olhar sugerindo uma nova abordagem do espaço físico-cultural preservando e respeitando o valor de cada elemento, identificando-os e considerando os valores históricos (materiais e imateriais) existentes.

A Rota Patrimonial busca compreender o patrimônio territorial e a identidade do lugar objetivando a autonomia e valorização do território. Valorizar, preservar e reutilizar monumentos deve ser objeto de um estudo especial, pois “[...] deriva do bom senso mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso, variam de país para país.” (CHOAY, 2005 p 222). É preciso que em cada lugar o patrimônio seja tratado de acordo com as particularidades existentes, ressaltando-as e não anulando.

O objetivo é identificar e rearticular os recursos patrimoniais existentes na sede do município de Conceição da Barra que possuem um forte apelo cultural (através de expressões culturais) e variedades de patrimônios arquitetônicos remetentes da época do surgimento da cidade. Devido a sua formação territorial ligada ao Porto de São Mateus e de um segmento da economia local ser a pesca, a região mais significativa para o estudo foi o cais e seus arredores englobando a Igreja da padroeira da cidade - Nossa Senhora da Conceição e outros imóveis considerados de valor arquitetônico, tendo o rio como recurso principal. É possível notar, devido a esses fatores, que essas unidades arquitetônicas se comunicam com a cidade e a população. O papel aqui será identificar e fortalecer esses laços.

Metodologicamente, o município será introduzido através de um breve diagnóstico histórico, econômico e local. Serão elencadas as transformações urbanísticas ocorridas ao longo dos anos e após isso será feita a proposição da Rota Patrimonial identificando

os bens de valor cultural, além de estudar e analisar as relações que eles estabelecem ou estabeleceram com o território. Serão identificados os recursos patrimoniais e através da interpretação deles serão estabelecidas unidades de paisagem para proposição final da Rota Patrimonial de modo que os recursos se relacionem entre si e entre o território.

## 2 | A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

A evolução do conceito de patrimônio cultural culminou na evolução dos instrumentos que preservam e se relacionam com esse patrimônio.

Uma visão contemporânea de instrumentos de preservação do patrimônio que será considerada neste artigo é a Rota Patrimonial, uma compilação de recursos patrimoniais semelhantes ou que tenham algum elemento em comum de forma a possuírem uma unidade de significado.

Entende-se por recursos “A terra, o rio, o entorno construído, as pessoas e a história. (...) os recursos podem ser naturais, recreativos, culturais e infra estruturais.” (SCHUSTER apud ANDRADE, 2012). Tudo o que se entende como elemento importante para a sociedade local, responsável por contextos históricos, econômicos ou de desenvolvimento local é classificado como recurso.

Dessa forma os recursos patrimoniais devem ser “conservados, revalorizados, estruturados e apropriados ao projeto territorial”. (SABATÉ apud ANDRADE, 2012).

Este trabalho utilizará o termo “recursos patrimoniais” para identificar elementos (materiais e imateriais) importantes no recorte territorial da sede do município de Conceição da Barra.

Significado semelhante à Rota Patrimonial é encontrado no conceito da UNESCO de Rota Cultural que foi apresentado e debatido pela primeira vez quando a Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1993, em Cartagena, Espanha” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012). Esse fato fez com que os órgãos do Comitê Internacional incluíssem a Rota nas discussões e se aprofundassem no tema.

O Comitê do Patrimônio Mundial dispôs que as Rotas Culturais fazem parte do nosso Patrimônio Cultural trazendo o conceito de Rota do Patrimônio que se mostra como rico e fértil “trazendo boas contribuições para o estudo do patrimônio, permitindo que se estabeleçam diretrizes que dialogam de forma complementar em uma abordagem plural da história e da cultura” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012. P. 8).

Segundo Cardoso e Castriota (2012), a base conceitual da Rota do Patrimônio é exposta como uma estrutura aberta, dinâmica e que invoca a lembrança, reconhecendo os diferentes valores e dimensões que envolvem o patrimônio “econômico, social, simbólico, filosófico” (CARDOSO; CASTRIOTA, 2012 p, 8), e as interações e seus significados dos processos dinâmicos e evolutivos entre o homem e a natureza.

Para as definições da UNESCO, a Rota Cultural se encontra na lista de categorias

junto com paisagens culturais e centros históricos, de bens que possuem algum valor cultural ou natural. Para se encaixar na categoria de Rota Cultural, o bem deve possuir um dinamismo da rota em relação ao espaço e tempo, intercâmbio cultural e a identificação dos elementos (recursos) importantes e pertinentes aos princípios da autenticidade local. O valor da Rota deve ser superior ao valor dos elementos patrimoniais que dão a sua importância cultural e realça o intercâmbio entre regiões.

Portanto, os conceitos apresentados serão analisados no local de estudo para possibilitar a proposta do artigo: Uma Rota Patrimonial para o município de Conceição da Barra.

### 3 | IDENTIFICANDO OS RECURSOS PATRIMONIAIS

#### 3.1 Histórico do Local

A ocupação territorial do norte do Espírito Santo, principalmente da região de Conceição da Barra e de São Mateus, ocorreu inicialmente por grupos indígenas, remontando ao período de colonização quinhentista (HACON, 2011). Até 1891, Conceição da Barra pertenceu, segundo Russo (2007), à cidade de São Mateus, e sua colonização se deu após a chegada de navios, que vieram pelo Oceano Atlântico e atracaram às margens do Rio São Mateus (antigo Rio Cricaré). Na margem esquerda, surgiu a povoação que hoje é conhecida como São Mateus e, na margem direita, Conceição da Barra. A data precisa da chegada desses colonizadores é incerta, mas, tal como dito, remonta ao Brasil quinhentista (LIMA, 1995).

A região em questão era povoada por um grande número de índios, sendo palco de uma famosa batalha entre brancos e nativos: a Batalha do Cricaré. Segundo Russo (2007), a batalha consistiu em um conflito entre os índios que ali viviam (da tribo Botocudos) e os portugueses colonizadores, em 1558. O Governador-Geral do Brasil na época, Mem de Sá, enviou seu filho e outros portugueses para conter as desordens indígenas contra a dominação portuguesa nas terras capixabas. Após a derrota, Mem de Sá organizou uma expedição que exterminou os nativos da região. O episódio ficou conhecido como primeira vitória dos portugueses contra os índios.

Ainda segundo Russo (2007), Conceição da Barra pertenceu à comarca de Porto Seguro por 59 anos (de 1764 a 1823). Isso certamente distanciou econômica e culturalmente a região da Província do Espírito Santo. Essa proximidade com a Bahia ajudou a região a prosperar através do mercado de trocas de manufaturas e tráfego de navios. Além disso, escravos fugitivos da Bahia acharam na região um local para se esconder e formar seus quilombos, tornando São Mateus e Conceição da Barra as cidades com maior número de comunidades de escravos no Espírito Santo.

Essa influência de modos de vida dos índios, negros e brancos e o relativo afastamento das capitânicas do Espírito Santo e Bahia fizeram com que as características

culturais locais fossem conservadas, possibilitando o intercâmbio cultural marcado pelas diversas manifestações e modos de vida que existem até hoje. Esse distanciamento também favoreceu a autonomia do uso do território, desenvolvendo um modo de vida particular, “[...] baseado no trabalho familiar e no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela farta floresta tropical [...] e na disponibilidade de terras que permita o cultivo dos roçados” (FERREIRA, apud HACON, 2011).

Em 1596, após a visita do Padre José de Anchieta, o Rio e o Povoado passaram a se chamar São Mateus, e a antiga “Barra” se tornou Barra de São Mateus. (VARGAS, 2006). Em 1833, a povoação foi elevada à categoria de Vila, passando a se chamar Vila da Barra de São Mateus, (RUSSO, 2007). Somente quando se emancipou politicamente de São Mateus, em 1891, que o nome passou a ser Conceição da Barra: o primeiro em referência à padroeira da cidade e o segundo à primeira denominação do povoado.

O desenvolvimento da região foi estimulado pelo porto e pela boa navegabilidade. O porto de Conceição da Barra recebia embarcações de grande porte – fato que foi estimulado em 1870 com a construção do cais –, e o porto de São Mateus, fluvial, fez com que os dois portos se complementassem principalmente “[...] com comércio de farinha de mandioca, abóbora e escravos, até o final do século XIX” (VARGAS, 2006).

A distribuição espacial da cidade se dava com os negros vivendo na zona rural (mais afastados) e os brancos vivendo na cidade. Essa conformação espacial se deu até aproximadamente a abolição da escravatura em 1888, quando “outro comércio lucrativo surgiu, a extração de madeira da Mata Atlântica.” (VARGAS, 2006).

A madeira era retirada dos municípios do norte do Estado e escoada através do Porto de Conceição da Barra, impulsionando a economia da região, sendo complementada pela pesca e venda de pescados que, segundo Vargas (2006), teve seu auge nas décadas de 70 e 80.

Entretanto, no início dos anos 80, a produção de eucalipto e cana de açúcar ganhou destaque na economia local, ocupando as antigas roças dos negros que “frente à fascinação do dinheiro proposto pelas indústrias, venderam suas roças, em que predominava o plantio de mandioca e cereais de subsistência para que fossem substituídas por plantações de eucalipto e cana de açúcar.” (LIMA, 1995). Esses negros, atualmente moram na periferia da cidade e a maior parte deles trabalham nas indústrias de cana de açúcar e eucalipto.

A transformação que a economia sofreu devido à diminuição do comércio pesqueiro e o crescimento urbano levou o centro da cidade a se transformar em espaço residencial.

A partir da década de 1930, as ruas do núcleo central (que ainda hoje é demarcado pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição) começam a ser delimitadas por meio fio e calçadas. Neste núcleo, havia, primordialmente, 4 (quatro) ruas principais: A Rua Direita ou Rua Grande (Atual Rua Coronel Oliveira Filho), a Rua do Comércio (atual Capitão Antero Faria), a Rua do Canto ou Mundo Novo (atual Rua Muniz Freire) e a



Rua da Praia (atual 13 de Maio). Casas foram construídas ao lado umas das outras, sem nenhum tipo de afastamento frontal ou lateral, de características remanescentes do período colonial, sendo “suportes especiais bem delimitados que fortaleciam a existência e integração dos moradores naquele local.” (LIMA, 1995).

A cidade, aos poucos foi incorporando particularidades urbanas, ao passo que o progresso chegava. O coreto foi responsável pela agitação da vida social. Era ali que as pessoas se reuniam para conversar, namorar e onde a Banda Musical Oliveira Filho, que existe até hoje, se apresentava em dias de festa. “O espaço concreto torna-se, então, o espaço social, que em conjunto com a natureza revela a existência de uma sociedade que surge com suas relações e atividades peculiares a cada grupo humano.” (LIMA, 1995).

Outro exemplo de progresso foi a iluminação pública que substituiu as lamparinas, velas e lampiões pela energia elétrica, a princípio movida por caldeira a lenha e depois passando a ser movida por motor a óleo.

A Igreja, como em qualquer núcleo de características coloniais, era o centro da vida e da comunidade. Na sua frente existia um largo que servia de extensão do espaço religioso e de ponto de encontro da população. Permaneceu assim por mais de um século, até a década de 30, quando foi transformado em praça, no contexto de embelezamento das cidades. Com canteiros que convergiam para o coreto, no centro, a praça, passou por várias modificações ao longo dos anos para se adaptar ao progresso e à época, mas nunca perdeu seu símbolo de lazer e convivência das pessoas.

Sabe-se que a Praça, hoje denominada Praça Prefeito José Luiz da Costa, passou por várias transformações de paisagismo, desenho dos canteiros bem como o coreto, ao longo dos anos, até chegar às características atuais. Porém ela não perdeu suas características enquanto espaço público de encontro. Em 2012, a população entrou com um pedido de reconhecimento do patrimônio na Secretaria de Estado da Cultura, levando ao tombamento a nível Estadual da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e proteção do entorno existente, incluindo praça e casarios, através da Resolução 003/2013.

Além das praias e do Parque Estadual de Itaúnas o município de Conceição da Barra é marcado pela força da cultura através de manifestações folclóricas como o Ticumbí, as Pastorinhas, o Rei de Bois e o Alardo de São Sebastião. De acordo com Vargas (2006), o município chega a receber até 100 mil pessoas durante a alta temporada.

Atualmente, a cidade é dividida da seguinte maneira: no litoral, há a presença de atividades de pesca e turismo que, segundo Vargas (2006) teve crescimento acentuado nos últimos anos devido à popularidade dos carnavais de rua e do reconhecimento do distrito de Itaúnas em nível nacional como a Capital do Forró. E no interior do município há a presença de agricultura empresarial.

### 3.2 Diagnóstico local

A cidade é marcada pela tradição e fidelidade dos turistas que a frequentam o que é visto como potencial, afinal, é possível encontrar famílias inteiras de turistas que estão na cidade todos os verões e participam da vida do município movimentando, principalmente o comércio local.

Outro potencial encontrado é a presença de manifestações culturais marcantes. O Ticumbi, Alardo de São Sebastião, Reis de Boi e As Pastorinhas fazem parte das tradições religiosas, que encontram algumas dificuldades em se perpetuarem. Por serem manifestações culturais, sua perpetuação se dá através de uma geração passar para a outra o que sabe, ensinando e estimulando a próxima geração para que prossiga fazendo as mesmas coisas.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente, há um projeto de implementação dessas manifestações nas escolas para que as crianças cresçam conhecendo a cultural local, e se interessem em seu desenvolvimento. Porém, a mesma Secretaria informou que há bastante dificuldade em incluir essas atividades nos currículos escolares uma vez que são todas manifestações religiosas (todas homenageiam santos – São Benedito, São Sebastião, a Sagrada Família e o nascimento de Jesus) e algumas denominações religiosas não aceitam esse tipo de projeto. Esse impasse impede a propagação e permanência das manifestações, que, acima de tudo são manifestações culturais identitárias.

Além das manifestações religiosas citadas acima, o carnaval é uma presença forte no município. O livro editado pela prefeitura: “Conceição da Barra 110 anos de Emancipação Política” discorre sobre o carnaval na cidade pontuando que esta manifestação sempre foi forte. Havia apresentação e desfiles de blocos e fantasias nos clubes da cidade e aos domingos acontecia o desfile dos corsos: dezenas de carros cheios de gente com uma banda tocando. Comum também era o desfile de carros alegóricos enfeitados com confetes e serpentinas que percorriam as ruas da cidade. A partir dos anos 60 os bailes passaram a ser realizados nos Clubes mas a rua não perdeu espaço e os desfiles de blocos também continuaram. A partir dos anos 80 com a introdução dos trios elétricos e do axé (influência da Bahia), a população e os turistas aderiram totalmente a esse modelo de festa, levando o fechamento dos clubes, época em que a Prefeitura passou a financiar o carnaval.

A gratuidade da festa marcou o início da popularidade nacional do Carnaval de rua de Conceição da Barra que antes tinha como principais turistas diversas famílias, agora passa a receber milhares de pessoas (na sua maioria jovens) em busca de diversão e folia. Apesar de superlotada, a cidade não possui serviços de infraestrutura (como supermercado, lojas e farmácias) capaz de atender a quantidade de gente que visita o município nesta época. Embora famoso e divertido, esse tipo de turismo é sazonal e não garante a sustentabilidade do comércio durante o ano todo.

## 4 | PROPOSTA DA ROTA PATRIMONIAL

A proposta do trabalho é o estudo de uma Rota Patrimonial com recorte territorial da sede do município de Conceição da Barra. Para isso, o primeiro passo metodológico, após o estudo histórico, econômico e social do lugar foi a identificação dos recursos patrimoniais (naturais, culturais, arquitetônicos e apropriação do espaço) importantes historicamente para a população. Destes recursos, foram inventariados os arquitetônicos e manifestações culturais, e identificados os naturais (mangue e rio) os quais foram localizados geograficamente.

O segundo passo foi a interpretação e compilação de dados desses recursos, buscando compreender as relações que estes guardam entre si e com o território. Na sequência, foram identificadas as diferentes unidades de paisagens do território, definidas de acordo com os inventários e interpretação dos recursos, como unidades de paisagem natural ou construída. O quarto e último item foi a definição da Rota Patrimonial, uma conexão das unidades de paisagem e dos recursos patrimoniais encontrados.

Os recursos patrimoniais encontrados não estão restritos ao patrimônio arquitetônico, mas incluem também as formas de expressão e relação entre o homem e o território. Nesses recursos incluem a arquitetura, configurações urbanísticas da cidade, festividades tradicionais, patrimônio natural e paisagem (abrangendo toda a área do cais e do rio, principalmente).

Seguindo a metodologia adotada, foi feito a identificação e análise dos recursos patrimoniais histórico-arquitetônico separadamente, através de inventários próprios, identificando uso, localização, estado de conservação e descrição.

Os recursos patrimoniais de natureza imaterial também identificados e inventariados, onde foi identificado o tipo de manifestação, a descrição de suas atividades, etapas e ritos, o período do ano que ocorre, bem como outros elementos essenciais à sua realização, como as indumentária e instrumentos usados. No exemplo do Ticumbi, foi feito um mapeamento do percurso e os locais de apropriação do espaço urbano. Coincidentemente, esse percurso abrange espaços já pré-identificados como importantes (Igreja, praça, ruas que ligam Igreja e Cais).

Além dos recursos históricos arquitetônicos, foram também identificados espaços apropriados pela coletividade, a partir de práticas cotidianas como a região do cais, que agrega elementos ligados à prática tradicional da pesca (estaleiro e peixarias).

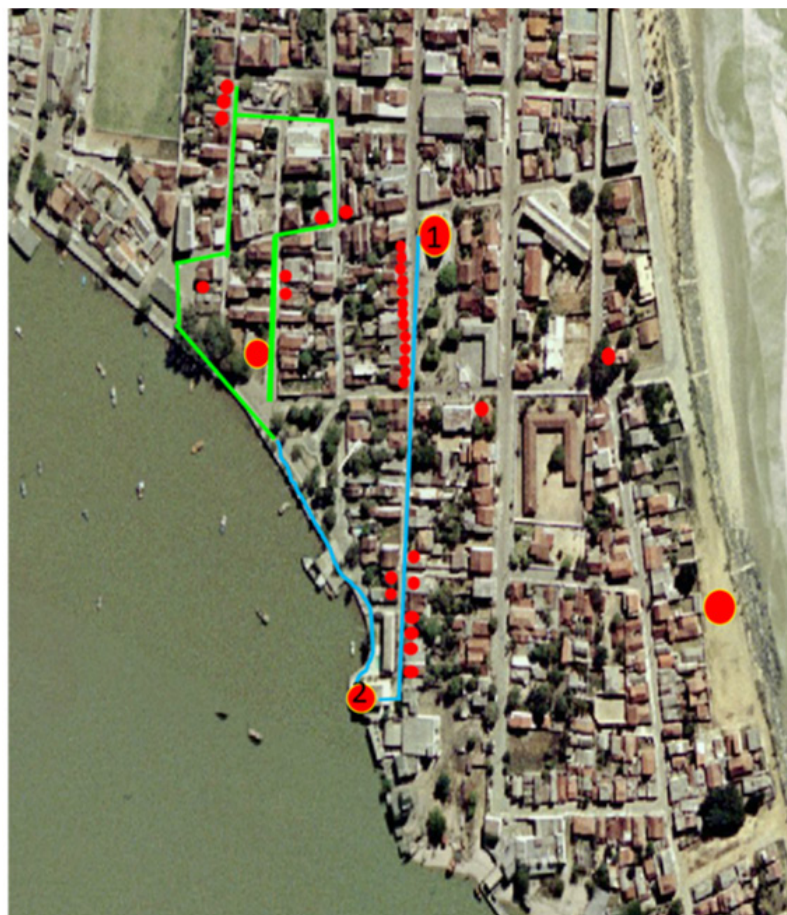
Os recursos histórico-arquitetônicos consistem em 35 imóveis de interesse de preservação sendo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição já tombada pelo Conselho Estadual de Cultura. Os recursos de atividades de pesca incluem o estaleiro (local que fabrica e conserta barcos) e peixarias dispostas na Avenida Cricaré (do cais), e ruas laterais próximas.

Os recursos inventariados foram mapeados, onde é possível fazer a identificação de 3 unidades de paisagem: manifestações culturais, histórico-arquitetônico e o de

elementos ligados a pesca.

Buscando atingir o objetivo deste trabalho que é identificar os recursos patrimoniais e propor uma Rota Patrimonial para a sede do município de Conceição da Barra pretende-se garantir a preservação dos recursos que possuem ligação histórica, fortalecer as atividades pesqueiras no cais e ao longo do rio São Mateus, fortalecer movimentos que já acontecem entre a população-rio, população-religião, população-população, e aumentar a autoestima das comunidades locais valorizando sua identidade cultural.

A Rota foi elaborada através da ampliação do olhar para a cidade e suas relações com a população, identificando os recursos que são fortes no município (manifestações culturais, arquitetura da Igreja, por exemplo) e compilando esses recursos, foram definidas duas Rotas: Uma Rota Histórico-arquitetônico envolvendo os recursos arquitetônicos de maior valor: Igreja Nossa Senhora da Conceição e Trapiche. E a segunda Rota envolvendo a paisagem do cais e arquitetura civil. Segue mapa das rotas.



#### Legenda

- Rota 1: Histórico – arquitetônico (Igreja - Trapiche)
- Rota 2: Arquitetônico – paisagístico (Arquitetura civil – Cais)

Figura 15: Rotas Patrimoniais.

Fonte: GEOBASES modificado pela autora



Rota 1: Histórico Arquitetônico. Percorre a Rua Coronel Oliveira Filho (Antiga Rua da Direita) que possui 13 imóveis identificados de arquitetura remanescente do período de primeira ocupação da cidade e tem início na Igreja Nossa Senhora da Conceição (tombada pelo Conselho Estadual de Cultura) e final no Hotel Marina da Barra (antigo Trapiche).



Figura 12: Imagens da Rota 1.

Fonte: COSTA (2011) e (2013)

A Rota 2: Natural-Arquitetônico: Para esta rota, compilou-se as edificações arquitetônicas de caráter mais simples dispostas em ruas estreitas e menos movimentadas. Com início no casarão do cais, ela segue por um pedaço da Rua do Laboratório, e termina na praça de São Pedro, praça onde está concentrado peixarias e o mercado Municipal. O final essa rota apropria-se do elemento principal: o rio e suas relações com a população.





Figura13: Imagens da Rota 2

Fonte: COSTA (2011 e 2013)

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de ampliar o olhar sobre o patrimônio cultural fez com que novos instrumentos de preservação surgissem e efetivassem a salvaguarda desse patrimônio. Com isso, o olhar saiu do objeto isolado e conquistou a paisagem, conjuntos arquitetônicos, traçado urbano e as formas como a população se envolve, trabalha e vive.

Através desse estudo teórico, é desenvolvida a “patrimonialidade” definida por Costa (2012) como sendo uma conexão com a sensibilidade estimulada por um objeto ou lugar que possuam as “marcas do passado” (REIGL 1989 apud Costa 2012), e que vinculado com a identidade é capaz de lhe atribuir autenticidade.

O trabalho teve esse objetivo: o de olhar com mais cuidado e atenção para o que é intangível: comunidades de pescadores, manifestações culturais e como eles se relacionam com o patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico. A identificação

desses recursos importantes para a comunidade e a sua documentação é uma forma de materializar sua importância para a cidade, para isso, usou-se instrumentos ainda novos que tratam do patrimônio de forma mais ampla e abrangente. Por serem instrumentos recentes, ainda há muito o que estudar para adequá-lo a fim de se tornarem projetos futuros bem-sucedidos.

Conceição da Barra possui um forte apelo cultural, recursos patrimoniais arquitetônicos, manifestações folclóricas, e o mais importante: o sentimento que a população tem de pertencimento e o orgulho de ser barreense.

Este estudo, portanto, pretende provocar reflexões dos grupos inseridos no território: gestores públicos e particulares e atores locais de forma a reterritorializar os recursos articulados pelas rotas transformando assim, a auto estima da comunidade promovendo, conseqüentemente, a preservação desses recursos.

Para isso, é necessário não apenas a indicação e criação da Rota Patrimonial, mas uma série de diretrizes de atuação que envolvam todos os atores, para a efetiva preservação dos recursos. Tais como: Revitalização da área do cais, com mobiliário e equipamentos que incentivem a permanência da população; políticas de controle de ocupação sobre os recursos naturais (rio e mangue); sinalização educativa/informativa das edificações identificadas nos inventários e do espaço urbano; estudo de local (possível mercado) que reúna peixarias, artigos para pesca e artesanato na área do cais; estabelecimento de políticas que visem a preservação do patrimônio cultural da cidade e estudo de formas de incentivo para perpetuação das manifestações culturais.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de uma investigação multidisciplinar para a compreensão das complexas questões inerentes à compreensão do território em suas diferentes escalas. Não obstante as conscientes limitações que permeiam o trabalho acadêmico em questão, procura-se, ao menos sob o olhar do arquiteto, apontar os entendimentos iniciais da área escolhida para investigação tendo como objeto principal o patrimônio ambiental urbano em suas variadas manifestações.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruno Amaral de. **Uma rota Patrimonial para o baixo Rio Santa Maria da Vitória [ES]**. Instrumento de conservação, valorização, requalificação e/ou transformação do *Patrimônio Territorial*. Projeto de Graduação. UFES, 2012.

ANDRADE, Bruno Amaral de. ALMEIDA, Renata Hermany de. **O patrimônio territorial de Santa Leopoldina [es] como Pretexto para a proposição de uma rota patrimonial**. Revista Fórum Patrimônio. V.5, n.2, 2012.

CARDOSO, Flavia M. POSSATO; CASTRIOTA, Leonardo Barci. **O itinerário enquanto instrumento de preservação. Do patrimônio cultural: o caso da estrada real**. Revista Fórum Patrimônio. V.5, n.2, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Editora Unesp, 2001.

COSTA, Maritsa Sá Freire. **A estrada real: um projeto memorial mineiro**. MICHELON, F. F. (Org.);

MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

LIMA, Rita de Cassia Bóbbio. **Relatos e Retratos de Conceição da Barra**. Editora EDUFES. 1995

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides; LIMA, Rita de Cássia Bóbbio; BONICENHA, Wallace. **Conceição da Barra: 110 anos de Emancipação Política**. Editora Multiplicidade. 2001.

MARTINS, Nuno. COSTA, Claudia. **Património, Paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável. Parques Temáticos vs Parques Patrimoniais**. 2009.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira, **Cultura Política e Relações de Poder na Região de São Mateus: o papel da câmara municipal (1848/1889)**. Mestrado em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

VARGAS, Paulo Sergio de Paula, **Avaliação do Plano Diretor de Conceição da Barra**, 2006

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-38-3

